

Recebido em 14/05/2024

Aceito em 12/12/2024

DOI: 10.26512/emtempos.v23i44.53443

ARTIGO

“Gênero epistêmico”, patologia social e classificação nosológica na Armada Imperial (1839-1850): formulação de uma biopolítica e aplicação de um imposto disciplinar

"Epistemic Genre", social pathology and nosological classification in the Imperial Brazilian Navy (1839-1850): the manufacturing of biopolitics and disciplinary taxation

Pedro Henrique de Souza Ribeiro

Mestrando em História pela Universidade de Brasília

<https://orcid.org/0000-0002-5262-9009>

RESUMO: O presente artigo visa apresentar a discussão sobre dois conjuntos documentais distintos envolvendo a marinha imperial. Sua primeira hipótese é de que os relatórios dos ministros da marinha, no bojo de demais relatórios produzidos pelos ministros de Estado, compunham um gênero epistêmico próprio. Em segundo lugar, tenta-se demonstrar que a política médica na marinha da década de 1850 é alheia à teoria dominante da doença enquanto variação quantitativa de um dado estado “normal”. Além disso, a análise dos documentos permitiu a cunhagem do termo “imposto disciplinar”, a serviço de uma biopolítica levada a cabo pela marinha imperial como braço do Estado brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero Epistêmico. Biopolítica. Imposto Disciplinar.

ABSTRACT: This paper's goal is to present the discussion of two sets of documents involving the Imperial Brazilian Navy. Its first hypothesis is that the Navy Minister's reports, among the ones produced by the other ministers, comprised an epistemic genre of their own. Secondly, I seek to demonstrate that the navy's medical policy during the 1850s is alien to the ruling theory of disease as a quantitative variation of a given “normal” state. Furthermore, the documental analysis allowed the coinage of the term “disciplinary tax”, in the service of biopolitics led by the Imperial Brazilian Navy as part of the Brazilian State.

KEYWORDS: Epistemic Genre. Biopolitics. Disciplinary Tax.

Introdução

O presente artigo tem por finalidade apresentar as conclusões de uma pesquisa em curso referente ao campo da saúde na marinha imperial, instituição do Estado brasileiro oitocentista que se celebrou, já no século XX, pela permanência de sórdidas práticas de disciplinamento de corpos subalternizados (NASCIMENTO,

2001). Raros, contudo, são os estudos sobre essa realidade para as décadas que precederam a “Revolta da Chibata”, ápice da resistência às práticas referidas, as quais já vinham sendo debatidas desde ao menos a década de 1860. Apesar de esbarrar nessas questões, o escopo do presente artigo é, no entanto, lançar um olhar sobre a ainda inexplorada montanha documental existente a respeito da saúde na marinha no século XIX, como chave interpretativa mais ampla do Estado imperial. Neste caso, a primeira hipótese do trabalho é de que a categoria “gênero epistêmico” (ALMEIDA, 2023) deve ser usada para designar os relatórios dos ministros de Estado apresentados anualmente ao parlamento. A segunda hipótese é de que não há, no Estado imperial, uma difusão das teorias europeias da doença como variação quantitativa do estado normal (CANGUILHEM, 2022), o que agravava a instrumentalização dos dados estatísticos pela administração. Essa instância, por sua vez, tomava decisões dentro da sua esfera de “Poder Administrativo” (MATTOS, 2017, p. 206-230), à revelia – e devido à inexistência – de políticas públicas de saúde.

Proponho-me, portanto, a realizar uma abordagem renovada de objetos militares no bojo da Nova História Militar Brasileira, doravante NHMB (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004). Exógena a esses objetos, à diferença da história militar tradicional como aquela realizada por Nelson Werneck Sodré (1965), a abordagem atualizada permite a análise de dois conjuntos documentais distintos com os quais recentemente tive contato, a fim de testar ambas as hipóteses, e cumprir o objetivo do artigo.

O primeiro conjunto documental constitui-se de relatórios apresentados pelo encarregado do Hospital Regimental da Marinha em Belém, no ano de 1839, ao intendente do arsenal de marinha do Grão-Pará, no bojo de ofícios trocados entre este último e o presidente da província em questão. Tive contato com essa documentação quando visitei o Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) à procura dos documentos oficiais trocados entre o inspetor do arsenal de marinha daquela província, o presidente da província e o ministro da marinha. Importa entender que, à época, a divisão do Império em províncias buscava reduzir essas regiões a circunscrições eminentemente administrativas (MATTOS, 2005) em favor da concentração da política no âmbito da Corte (o Rio de Janeiro). A instância política provincial geralmente servia como trampolim para uma carreira na capital, quer na política, quer na administração, quer na magistratura (CARVALHO, 2017). Em 1839, o Grão-Pará era assolado pela Cabanagem (FAUSTO, 2013, p. 143), que começara em 1835 e duraria até o ano seguinte (1840), deixando milhares de mortos, entre tropas cabanas e do governo e a população civil, o que significa que a própria estrutura administrativa do poder estava desorganizada e precarizada, após quatro anos de conflitos sangrentos e mudanças constantes de capitais, conforme derrotas ou vitórias militares dos dois lados. Trata-se, portanto, de um perfil mais localizado e de organização mais precária como consequência do seu próprio momento e lugar de produção (BARROS, 2020), bem como da intencionalidade por trás da elaboração e da guarda desses documentos.

O segundo tipo documental constitui-se dos relatórios produzidos pelo ministro da marinha no âmbito de sua relação com o Poder Legislativo. Conforme Lei de 15 de dezembro de 1830¹, os ministros de Estado eram obrigados a fornecerem relatórios anuais à Câmara dos Deputados, que os utilizava como subsídios para a tomada de decisões administrativas e políticas. Ao buscar o posicionamento de diferentes ministros a respeito do Conselho Naval, objeto de maior foco em minha pesquisa atualmente, percebi a existência de extensas tabelas que elencavam, por classificação nosológica², as incidências patológicas que acometiam as forças da marinha em 1853, ano assaz marcante devido à recente intervenção brasileira no Uruguai, além de constituir uma das balizas temporais estabelecidas pela periodização sugerida por Carvalho (2017). Esse perfil é, portanto, oriundo de um contexto de produção diferente daquele em que se originaram as fontes disponíveis no APEP, havendo indícios, já de antemão, que sugiram ser procedente a hipótese proposta de que os relatórios ministeriais constituem um gênero epistêmico próprio.

Impende, ainda, situar o presente estudo perante a já existente bibliografia. Considerando que a saúde na marinha imperial ainda não é um tema frequentemente visitado, não tendo sido possível identificar um estudo especificamente centrado nesse objeto, a comparação com a bibliografia estrangeira é imperativa, visto que abundam produções em línguas estrangeiras sobre a saúde nas marinhas europeias e americana do século XIX. Nesse sentido, pode-se citar *A History of Medicine in the early U.S. Navy* (LANGLEY, 2000), obra em que o autor realiza o esforço de sistematizar uma história da organização do Corpo de Saúde da marinha estadunidense. Mas há também produções em outras línguas: em castelhano, pode-se citar "La ciencia médica en la Armada española del siglo XIX. Análisis de las memorias clínicas que cambiaron el rumbo de la cirugía. Anestesia, Antisepsia y Transfusión" (REDONDO, 2010), texto que, apesar de estar mais no campo de uma história médica, é original por manejar fundo arquivístico pouco visitado no âmbito do *Archivo General de la Marina* (Espanha). Ainda na Europa, mas na década de 1960, Léonard (1969) chamava a atenção – tal qual o presente texto também pretende fazer – para o fato de que escasseavam as produções a respeito da saúde na armada, em seu caso, a francesa. O autor defende, em resumo, que o fluxo intenso de pessoas pelos navios da marinha francesa punha seus médicos em contato com outras realidades, favorecendo que desenvolvessem redes profissionais para além do emprego na força naval. E não somente isso: no século XIX, a disponibilidade de novas tecnologias terapêuticas tinha a bordo dos navios um campo de experimentação prática que gerou, na França – monárquica ou republicana – maços de relatórios dando cabo desse intenso processo de profissionalização do campo médico naval (LOUVIER, 2017). Por fim, a produção alemã, embora menor, também tem seu quinhão no campo da medicina voltada para a guerra no mar. Nesse caso, podem-se citar Jutta Nowosadtko e Sebastian Pranghofer

1 Art. 42 da Lei de 15 de dezembro de 1830: "Os Ministros e Secretarios de Estado dos Negocios do Imperio, Justiça, Fazenda, Guerra, Estrangeiros, e Marinha, apresentarão d'ora em diante na Camara dos Deputados, até o dia quinze de Maio, relatorios impressos, nos quaes mui circumstanciadamente exponham o estado dos negocios a cargo de cada Repartição, as medidas tomadas para o desempenho de seus deveres, e a necessidade, ou utilidade do augmento, ou diminuição de suas respectivas despesas."(BRASIL, 1830)

2 Cf. Bechara (2009, p. 635), define-se "nosologia" como "descrição e estudo das doenças".

(2014), que, debruçados sobre as interações – e externalidades por elas geradas – entre a medicina militar e a civil, traçam um panorama geral da literatura disponível, excedendo o estudo de caso alemão. Para um estudo específico em língua alemã, que fornece rica exposição sobre os arquivos militares da Áustria-Hungria, há também o precioso guia elaborado por Michael Hochedlinger (2011); já sobre a relação entre militares e civis naquele extinto país, a obra de Cole, Hämmerle e Scheutz (2010) apresenta proposta assemelhada à da NHMB.

Gênero Epistêmico

O conceito de gênero epistêmico foi primeiramente proposto pela historiadora italiana Gianna Pomata (ALMEIDA, 2023), para quem a articulação de determinados conhecimentos extrapola as formas literárias – ou gêneros literários. Assim, tachar, por exemplo, manuais medievais alquímicos ou médicos, relatos de viagens produzidos entre os séculos XV e XIX, os diálogos de Galileu e manifestos políticos de formas literárias, seria empobrecer a apreensão da verve epistêmica desses meios de comunicação, circunscrevendo-os somente a seu aspecto de apresentação formal.

Suspendendo a diferença racionalizada entre história e literatura – categoria de diferenciação que Pomata pensa não servir à apreensão dessas formas de escrita narrativa –, a historiadora propõe um “outil”, ou “ferramenta” conceitual que denomina “gênero epistêmico”, categoria que permite traçar uma interlocução entre uma história dos conceitos e a história da ciência (também conhecida como epistemologia). Essa categoria, ou ferramenta conceitual, é definida por duas características principais, a saber: “todo gênero epistêmico é textual” e “aqueles que escrevem um gênero epistêmico precisam estar conscientes disso” (ALMEIDA, 2023, p. 4). Esta última característica também pode ser chamada de “consciência de gênero” ou *gender awareness*.

Embora o foco do presente artigo e o da pesquisa de Almeida (2023) sejam objetos textuais, é válido tecer uma breve crítica a tal purismo escrito: se pensarmos em culturas ágrafas, seria o mesmo que dizer que suas lendas, sagas e conhecimentos somente poderiam constituir gêneros epistêmicos uma vez escritos, o que certamente é um absurdo que flerta com a anulação dessas epistemologias. De outra parte, poder-se-ia argumentar que Pomata desenhou a categoria para culturas dotadas de escrita, especificamente no norte global, que é seu lugar de produção; mas também aí há limitações, pois o seminário de Lacan (2009), por exemplo, apesar da ciência do autor de que seria publicado, foi proferido verbalmente e contém uma densidade epistêmica incontestável.

É importante ressaltar que nenhuma ferramenta epistêmica é perfeita, e não seria diferente com o (meta-)conceito de “gênero epistêmico”. Entretanto, apesar de suas limitações, seu desenho pensado para textos escritos é bastante útil e aplicável para os documentos acima referidos, além do que Almeida faz uma fundamentada explicação de sua aplicação para os manifestos de cariz político. Neste texto, sua aplicação estará voltada para os relatórios ministeriais, como se propôs na introdução e, comparativamente, com fins de contraposição – um *chiaroscuro* – à documentação descoberta no APEP.

Análise da primeira série documental: tarefas do cotidiano

O Arquivo Público do Estado do Pará, localizado na cidade de Belém-PA, custodia uma volumosa coleção de documentos afetos àquela antiga província – aí compreendidos os atuais estados que resultaram de seu desmembramento – e àquele atual estado da região Norte do país. Especialmente rico em fontes documentais que dialogam com a Cabanagem, a instituição possui também catálogos próprios editados e disponibilizados no local, a exemplo do “Catálogo de Documentos Manuscritos: Período Colonial (1649-1823)” (TORII; VERA CRUZ, 2012), de “Textos e fontes do Arquivo Público do Estado do Pará (vol. 2)” (PACHECO; TORII; CAVALCANTI, 2013) e dos “Anais do Arquivo Público do Pará”.

Embora contenha documentação produzida antes da Independência, o acervo do APEP está organizado, para os séculos XIX-XXI, conforme a documentação produzida no âmbito de cada Poder do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. Note-se que não há documentos produzidos pelo Poder Moderador do período imperial, o que pode ser explicado pelo caráter pessoal e centralizador de tal instância, cujo exercício dava-se no âmbito do governo geral e, portanto, na capital do Império – o Rio de Janeiro.

Mas estar separado de acordo com os três poderes implica, a priori, um juízo que pode ser verificado materialmente no arquivo: ele contém predominantemente a documentação produzida no âmbito do Estado, quer seja administrativa, política ou jurídica. É, portanto, essencialmente um repositório propiciador de uma história do próprio Estado, dimensão que precisa ser considerada nos estudos que intencionem compulsá-lo a fim de que a metodologia seja capaz de propor as perguntas e os caminhos de pesquisa mais instigantes à documentação, sob pena de que se acabe por criar uma narrativa historicista.

Dentro de cada poder, o APEP mantém os documentos segregados por “área”. No caso do Poder Executivo, esse recorte corresponde às suas subdivisões político-administrativas, algo correspondente à divisão dos ministérios feita no âmbito do poder geral. São elas: “Segurança Pública”, “Saúde e Saneamento”, “Obras Públicas”, “Guerra”, “Governo”, “Finanças”, “Educação e Cultura”, “Comunicação” e “Agricultura”.

Note-se que inexistente uma “área” intitulada “Marinha”, o que estabelece uma forte distinção entre o APEP e o Arquivo Nacional (AN). Em ambos os casos, contudo, a documentação não está digitalizada, de sorte que se pode tomar conhecimento somente da tipologia definida no processo de catalogação antes de acessarem-se as fontes diretamente. Por um lado, essa classificação, no APEP, está digitalizada, porém apresenta pouco detalhamento; já no AN, a catalogação pode ser consultada, para o “fundo Marinha”, exclusivamente por meio de fichas; em compensação, a descrição documental é aí mais minuciosa que no APEP. Toda a documentação afeta à Marinha no Pará está, assim, distribuída em somente três “áreas” compreendidas no âmbito da seção “Poder Executivo” das acima mencionadas, a saber: Segurança Pública (Fundo Secretaria de Polícia da Província), Guerra (Fundo Arsenal da Marinha) e Governo (Fundos Secretaria da Capitania, Secretaria da Presidência da Província e Secretaria do Governo).

Interessam especialmente a esta pesquisa os ofícios trocados entre o presidente da província do Pará e o inspetor do arsenal de marinha. De antemão, notem-se duas considerações a respeito desses postos: ambos representam diretamente o poder central (à altura, denominado geral), e por ele são indicados. Isso significa dizer que a troca de ofícios entre o presidente e o inspetor trata eminentemente da gestão da província pelo centro, a partir da perspectiva do Rio de Janeiro. Em segundo lugar, deve-se entender que essa gestão não logra ser completamente eficiente em seu intuito centralizador, dado que o presidente de província, embora fosse indicado pelo Poder Central, não acumulava todas as funções de Estado no nível da província; no lugar disso, era a assembleia provincial, aliada ao vice-presidente da Província – quem geralmente permanecia no cargo por mais tempo que o próprio presidente – que detém em boa medida o poder de facto da gestão dos assuntos provinciais (DOLHNIKOFF, 2005, p. 103).

Tais fontes, nomeadamente, os “Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4”, oriundas da seção “Poder Executivo”, área “Guerra”, fundo “Arsenal de Marinha”, apresentam ainda outra peculiaridade de implicação metodológica delicada: a inexistência de uma série coesa e consistente que permita uma abordagem serial ao longo de décadas de ofícios trocados. É, portanto, preciso ater-se ao material existente e dar preferência a utilizá-lo na resposta a questões pontuais, não sendo possível precisar o momento em que esse tipo de documento começou a circular.

Abaixo, segue a fac-símile de uma tabela constante nos relatórios trocados entre o inspetor do arsenal de marinha da província do Grão-Pará – responsável pela gestão da construção e do reparo de navios – e o presidente dessa província:

Figura 1: Conta das Sangrias, Dentes, Cortes de Cabello, e Barbas que se fizeram os doentes no Hospital Regimental pertencentes Armada em todo o mez de junho como consta dos documentos N° 4.

<i>Conta das Sangrias, Dentes, Cortes de Cabello, e Barbas que se fizeram os doentes no Hospital Regimental pertencentes Armada em todo o mez de junho como consta dos documentos N° 4.</i>	
32 Sangrias.	320, 124160
3 Dentes.	800, 21400
24 Cortes de Cabello.	160, 31840
34 Barbas.	80, 21720
	<u>1821120</u>

Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Área Guerra, Fundo Arsenal de Marinha, Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4.

Transcrição:

Conta das Sangrias, Dentes, cortes de Cabello, e Barbas que se fizerão os doentes no Hospital Regimental pertencentes [sic] Armada em todo o mez de Junho como consta dos documentos N° 4.

38 Sangrias.	320= 12\$160
3 Dentes.	800= 2\$400
24 Cortes de Cabello.	160= 3\$840
34 Barbas.	80= 2\$720

Rs. 21\$120

O formato de tabela escolhido pelo autor do texto cumpre a função de explicitar graficamente a prestação de contas dos procedimentos realizados naquele Hospital. A organização do documento indica que não há preocupação maior em classificar as doenças que afligiam os integrantes do dito regimento. No lugar disso, um rol limitado de intervenções terapêuticas (as sangrias e os dentes, subentendida a extração desses últimos), direcionadas a um sem-número de patologias não explicitadas, figura ao lado de igualmente limitados procedimentos de higiene (cortes de cabelo e barbas), elencando-se ao lado dos quatro procedimentos o seu respectivo valor unitário e o total, em réis.

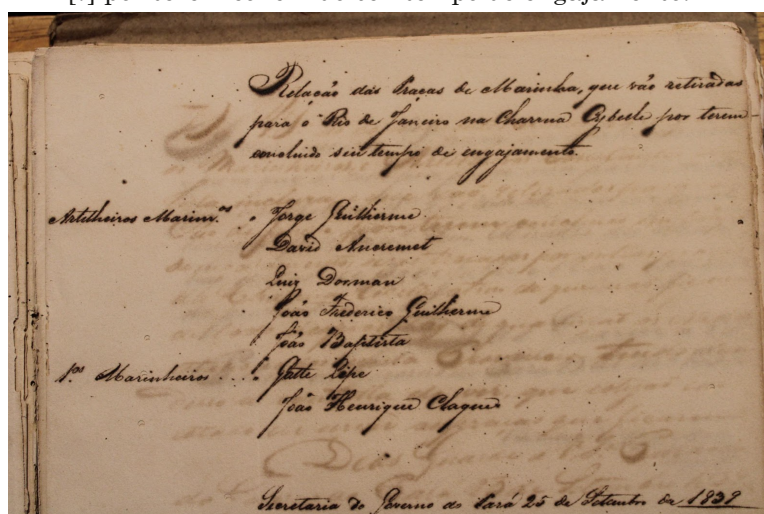
A propósito desses procedimentos, é preciso indicar que a higiene surge como forma de permitir a civilização dos corpos, em especial daqueles oriundos das camadas mais despossuídas da sociedade, como os marinheiros. Trata-se de um contexto em que,

A medicina que, desde o início do século XIX, lutava contra a tutela jurídico-administrativa herdada da Colônia, deu um largo passo em direção à sua independência, aliando-se ao novo sistema contra a antiga ordem colonial. Este progresso fez-se através da higiene, que incorporou a cidade e a população ao campo do saber médico. Administrando antigas técnicas de submissão, formulando novos conceitos científicos, transformando uns e outros em táticas de intervenção, a higiene congregou harmoniosamente interesses da corporação médica e objetivos da elite agrária. (COSTA, 1983, p. 38).

Ao que tudo indica, mas não fica explícito no documento, trata-se de receitas incorridas pelo Hospital Regimental ao realizar os procedimentos, que provavelmente eram custeados pelos próprios usuários do serviço, malgrado muitos fossem recrutados à força nos extratos sociais mais vulneráveis perante o poder do Estado imperial. A propósito dessa afirmação, é preciso explicitar que o orçamento do Império previa, na sua dotação anual, uma despesa com o “corpo de imperiais marinheiros”, fazendo menção a não se incluírem aí as despesas com pensões e montepios. Ou seja, não havia, por parte do Estado oitocentista de inspiração liberal, preocupação generalizada com acesso à saúde dita pública (conceito anacrônico relativamente ao período). Não havia sequer para os integrantes do próprio Estado, ausência que constituía uma característica estrutural da montagem ideológica dessa máquina, em especial para as camadas mais desfavorecidas da armada, essencialmente constituída por pessoas negras (NASCIMENTO, 2001), (ex-)escravizadas ou não.

Traços dessa presença nas forças da marinha presentes no Pará abundam nesses relatórios locais, como neste também de 1839, em que ocorre a dispensa de serviço de praças recrutadas após haverem cumprido seu tempo obrigatório (engajamento):

Figura 2: Relação das Praças de Marinha, que são retirados para o Rio de Janeiro na Charrua Caboclo [?] por terem concluído seu tempo de engajamento.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Pará, Área Guerra, Fundo Arsenal de Marinha, Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4.

Transcrição:

Relação das Praças de Marinha, que são retirados para o Rio de Janeiro na Charrua Caboclo [?] por terem concluído seu tempo de engajamento.

Artilheiros Marinheiros. ⁰⁸	Jorge Guilherme
	David Ancremet [?]
	Luiz Dorman
	João Frederico Guilherme
1.ª Marinha	João Baptista
	Gatte [?] Lope
	João Henrique Claque [?]

Secretaria do Governo do Pará 25 de Outubro de 1839

Em síntese, tais documentos, apreendidos no seu conteúdo e nas condições que determinaram seu arquivamento e guarda até o presente, permitem afirmar que sua produção visava à prestação de contas entres dois agentes do poder central localizados na província do Pará. Se, por um lado, tais agentes eram incapazes de articular uma política completamente eficaz de controle da periferia pelo centro (o qual representavam), dado o peso da autonomia desempenhada pelo poder político regional, tampouco era a intenção de seus autores produzir um conhecimento sistemático de

moléstias e procedimentos terapêuticos. São, portanto, documentos comuns sob a ótica da administração, e a existência de somente alguns ofícios espaçados temporalmente – no lugar de uma série temporal e arquivisticamente coesa – é evidência favorável ao caráter corriqueiro enquanto simples comunicações formais entre pessoas³ integrantes da administração, diferenciados por grau hierárquico dentro da máquina administrativa, com fins pragmaticamente definidos: manter a contabilidade do Hospital e sua integração no sistema administrativo no Império. Na medida em que não articulam uma forma sistemática de conhecimento, não constituem, portanto, um gênero epistêmico.

No contexto das forças da marinha localizadas na província do Pará, cujos integrantes eram tratados no dito hospital, importa, por fim, mencionar a própria relevância do regimento no contexto dos Estados-Nação do XIX. Por um lado, sua função educadora de jaez autodeclaradamente civilizador já fora apontada por John Keegan (2006, p. 33), ainda que tenha fugido ao historiador britânico a dimensão da política médica aplicada nesses ambientes. Lá:

Formula-se então a necessidade de um novo espaço, que atende à exigência de formação de corpos regulares, selecionados e educados de acordo com os preceitos da ciência médica. Formação que deve ser permanente e contínua, não podendo dar-se na proximidade do momento excepcional do combate, mas deve estender-se ao tempo de paz e, neste, ocupar toda a vida do indivíduo. Permanência e continuidade que exigem a concentração de pessoas em locais especialmente destinados a essa finalidade. A análise e proposta médicas têm como objetivo definir o processo de produção do soldado bem formado física e moralmente que aja e sirva na guerra e na paz como modelo de cidadão perfeito. Objetivo que, para ser alcançado, necessita de um quartel totalmente medicalizado. (MACHADO; LOUREIRO; LUZ; MURICY, 1978, p. 307)

Mas é também nessa dimensão a que acabei de me referir – a da interface com a administração central – que esse primeiro perfil, não qualificável como gênero epistêmico, vincula-se ao segundo perfil que abaixo veremos, em relação de subordinação a um projeto político de uma elite herdeira (MATOS, 2005) de um território e de um sistema imperial que impôs seu domínio sobre o Pará, medida em que as tarefas do cotidiano de um hospital regimental permitem a articulação de uma gestão do próprio Império.

Análise da segunda série documental: gestão do Império e imposto disciplinar

De outra parte, os relatórios dos ministros da Marinha indicam um foco de todo diferente, que poderá ser mais facilmente iluminado pelo contraste com a documentação que acima se analisou. Se, no caso anterior, uma empreitada no sentido da história serial é dificultada em decorrência dos grandes vazios documentais – isto é, por uma limitação afeta à própria quantidade e qualidade das fontes, – os relatórios ministeriais compreendem um panorama bastante diferente.

3 No sentido que Roberto DaMatta (1997) atribuiu a esse termo, isto é, de lugar social e ocupacional de indivíduos matizados pelo poder que essas posições emanam.

Guerra e, posteriormente, Agricultura, Comércio e Obras Públicas) eram, na figura dos ministros, obrigadas a produzirem relatórios em que se apresentasse o estado da pasta aos parlamentares, o que servia de subsídios a que deputados e senadores tomassem decisões políticas e orçamentárias concernindo os diferentes ramos da administração.

Ocorre que, nos primeiros anos daquela década de 1830, era comum haver críticas e queixas abertas dos legisladores quanto à deficiência ou à insuficiência de informações constantes nos relatórios. É emblemático, por exemplo, um caso de 1836, em que o deputado geral Sebastião do Rego criticava o então ministro da Marinha, Salvador Maciel, por seu virtualmente completo desconhecimento do estado de coisas da pasta sob sua administração (BRASIL, 1887, p. 132-139).

Essa situação alterou-se drasticamente no biênio 1837-1838, quando os relatórios passaram por uma complexificação carregando a contrabordo um adensamento sem precedentes da informação neles constante. A conjuntura, nesse caso, dita o entendimento do processo: tratava-se do período em que se formou um governo conhecido como “Ministério das capacidades”. Foi nesse âmbito que, conforme notou Adriana Barreto de Souza (SOUZA, 1999, p. 87), no bojo do movimento conhecido como “Regresso Conservador” (MATTOS, 2017), os relatórios começaram a trazer no corpo do texto informações sistemáticas e minuciosas sobre o estado das respectivas pastas: passam a abundar tabelas de vencimentos, relações nominais de empregados, descrição das atividades realizadas pelo ministério e propostas de lei ao Poder Legislativo, que eram apresentadas em conjunto com o documento principal.

Desde 1837/1838, portanto, consolida-se uma prática administrativa que, doravante, seria aplicada independentemente da orientação do governo da situação, quer fosse conservador ou liberal. Tratava-se, em verdade, de uma nova gramática que busca articular um pensamento calcado numa visão conservadora da política a uma ação definida pela criação de novos métodos de veiculação de conhecimento, intrinsecamente ligada à articulação do poder das elites escravagistas que dominavam o cenário político do Império.

Outra diferença marcante relativamente à primeira série documental é o fato de que esses relatórios ministeriais, acompanhados de suas propostas, encontram-se inteiramente digitalizados, conformando uma série quantitativa e qualitativamente abrangente, que permite invectivas de teor serial. Para os fins da presente pesquisa, contudo, não se optou por essa perspectiva, bastando indicar que a possibilidade de aplicá-la já fala favoravelmente à noção de que um conjunto de características presente nesses documentos – minuciosidade, linguajar compartilhado em favor de uma teoria de desenvolvimento civilizacional, estrutura padronizada, densidade informacional, preocupação com catalogação de objetos e pessoas, dados orçamentários e estatísticos sofisticados e coesos, conservação virtualmente integral do texto e dos diversos volumes anualmente produzidos – denunciam um esforço monumental por trás de sua consecução e de sua preservação, o que se explica dada a centralidade que a forma de veiculação epistêmica adquiriu, sob a configuração de um gênero próprio.

Relativamente ao tema específico da saúde, é possível identificar que, a depender do momento, os relatórios do ministro da marinha – já entendidos como integrantes de um gênero epistêmico – dispensam tratamentos distintos à questão, conforme evolução anual da abordagem desse tema. De início, a preocupação maior desses documentos era tão somente a de dar conta do número de usuários dos Hospitais da Corte e provinciais, com fins de obter do congresso maior dotação orçamentária para esse setor. Conforme apontou Carvalho (2017, p. 263) sobre o orçamento dos Estados, trata-se de entender que “Excelente indicador da distribuição de poder em um sistema político são as contas do governo. O poder de lançar impostos e as condições de legitimidade em que ele se exerce estiveram no centro das lutas que fundaram o Estado Moderno.” (CARVALHO, 2017, p. 263). Nesse primeiro momento, portanto, que se estende de 1830 (data do surgimento dos relatórios) a 1849⁴, o tratamento dispensado por aquele gênero epistêmico à saúde a compreende como mais uma série de dados estatisticamente organizados e veiculados num todo maior de informações. Naquele ano, a “febre” (amarela) figura pela primeira vez na pena do ministro. Dando cabo do “flagello”, Manuel Vieira Tosta relata ao congresso que:

A epidemia, que tem flagellado esta Côrte, e outros portos do Imperio, em que estacionão embarcações da Armada, havendo ceifado as fileiras de ambos os Corpos, apenas deixou aumentar os mesmos com setenta e quatro praças de pret, provenientes do recrutamento forçado; sendo esta a diferença dos últimos mapas, em comparação com os que vierão anexos ao mencionado Relatorio; e assim mesmo treze forão reunidas ás Companhias de Apprendizes Marinheiros, cujo estado actual sóbe á 299 praças, incluídos os Officiaes, isto he, mais 93 que o estado completo. Não succedeo porêem o mesmo, quanto á marinhagem, porque, havendo-se mandado contractar maruja estrangeira, chegou a este porto no dia 3 do corrente o numero de 130 individuos, pela maior parte Norte-americanos, engajados por tres annos em Inglaterra pelo Chefe de Esquadra, João Pascoe Grenfell, o qual tambem comunicou que faria partir mais 100 no fim de Março ultimo, e continuará a remeter os que faltão á completar os 100, para que recebeu autorização. A despeza com este engajamento sobe á £ 12, 17s., 6ds [12 libras, 17 xelins e 6 pence] por cada marinheiro, sendo 5 £ por premio de contracto, e o mais pelo transporte respectivo até o desembarque neste Porto.

Estando desfalcadas as guarnições dos Navios, que compõe a Divisão do Rio da Prata, mandou-se seguir para ali 102 dos ditos marinheiros; mesmo porque convinha livral-os da epidemia reinante, de que muitos seriam victimas, se aqui permanecessem. (Relatório do Ministério da Marinha de 1849, p. 1, grifos do autor)

A incipiente epidemia de febre amarela punha assim um novo desafio à administração imperial. No começo do texto, o Barão de Muritiba trai a frieza dos números que informa ao parlamento: não fora possível atingir o quantitativo pretendido de praças na Armada porquanto a epidemia que grassava tornara esse esforço inatingível, mesmo aplicando-se a violência do recrutamento forçado. Impende ressaltar que esse tipo de recrutamento, amplamente difundido no Império, compunha uma forma especial de tributação, um imposto de sangue (BEATTIE, 2009, p. 70)⁵

4 Embora seja referente ao ano de 1849, o relatório foi elaborado em 1850, quando a febre então já assolava o Império. Todos os relatórios eram elaborados no ano seguinte ao da competência e apresentados à Câmara até o dia 08 de maio.

5 Embora bastante relevante, a contribuição de Beattie, por prestigiar uma visão a partir da lógica central do Estado, acaba sendo algo condescendente com o recrutamento forçado. Para o historiador, esse mecanismo somente era empregado em casos-limite, como o da fonte acima, uma vez que, a longo

que cobrava à “má sociedade”, a prazo distendido, a prestação de serviços forçados nos estabelecimentos militares da marinha e do exército imperiais, Estado esse que, nascendo com a abdicação, “é o motor-propulsor do súbito prestígio da higiene.” E cuja “atividade médica coincidia e reforçava a solidez de seu poder, por isso recebeu seu apoio”. (COSTA, 1983, p. 32).

Nesse momento, transcende ademais o texto de Muritiba a noção de que a praga está circunscrita a condições locais, o que vai bastante ao encontro da visão imperante no começo da epidemia, conforme as falas do deputado e médico Paula Cândido, para quem, naquele fevereiro de 1850, a febre “estava muito longe de ser contagiosa” (*apud* MEDEIROS, 2021, p. 36). Sob essa ótica de caráter territorial, justifica o ministro a transferência de 102 marinheiros para o Prata, o que cumpre tanto o papel de suprir aquela estação da força de trabalho necessária quanto o de, supostamente, manter a saúde dessa mesma força, livrando-a “da epidemia reinante, de que muitos seriam vítimas” se na Corte permanecessem¹⁵ (CÂNDIDO *apud* MEDEIROS, 2021, p. 36).

Tal concepção sofreria uma mudança profunda nos anos subsequentes, e o foco dos relatórios migraria de uma simples relação de frequências aos hospitais de marinha da Corte e das províncias para uma detalhada estatística, refinadamente elaborada por tipo de entidade nosológica incidido naquele exercício:

prazo, causava desagregação entre as praças voluntárias e as recrutadas à força, que se revertia em problemas disciplinares desinteressantes à Administração. Penso que seja mais interessante o ponto de vista de Álvaro Pereira do Nascimento, que apontou os benefícios pecuniários auferidos pelos agentes policiais responsáveis pelo recrutamento nas províncias, interessados em ganhos materiais diretos e, portanto, desimplicados da política oficial da Corte. Cf. Nascimento (2001, p. 67).

Figura 3: “Estatística dos doentes tratados no Hospital de Marinha da Côrte, Enfermarias de Pernambuco e Montevideó, e a bordo dos Navios de Guerra, de Março de 1853 a Março de 1854”.



Estatística dos doentes tratados no Hospital de Marinha da Côrte, Enfermarias de Pernambuco e Montevideó, e a bordo dos Navios de Guerra, de Março de 1853 a Março de 1854.

HOSPITAL DE MARINHA DA CORTE.

De Abscessos	79
» Adenites.	16
» Amauroses	1
» Anginas	40
» Anquilose	4
» Aneurisma	2
» Antraz	7
» Apoplexia pulmonar	1
» Ascites	5
» Asthma	25
» Bexigas	18
» Blenorrhagias	58
» Boubas	9
» Bronchites	299
» Broncho pleurisia	8
» » pneumonia	4
» Bubons syphiliticos	81
» Cancros »	42
» Carie.	21
» Catarata.	16
» Cestites	2
» Colites	34
» Compressão cerebral	9
» Congestão »	11
» » pulmonar	4
» Contractura da perna	1
» Contusões	87
	234

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha do Ano de 1853, p. 1. Brazilian Government Documents.
Disponível em: <<https://www.crl.edu/brazilian-government-documents>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Ao contrário do que ocorre com os documentos disponíveis no APEP, oriundos do Hospital Regimental da província do Pará, o foco dos relatórios ministeriais, a partir de 1850, passa a estar na patologia, e não mais na terapêutica. Ou seja, se parece compreensível, à primeira vista, que o inspetor do arsenal de marinha do Pará comunique à instância provincial os insumos que utiliza para tratar as patologias que afligem os enfermos do regimento a fim de prestar contas dessa atividade – tarefa cotidiana –, menos evidente é a relevância de que o ministro informe os parlamentares brasileiros acerca de estatísticas sobre as tipologias nosológicas que afligiam a Armada Imperial no contexto mais geral, inclusive a sua porção que se encontrava no Uruguai, em caráter expedicionário. Em ambos os casos, uma justaposição de saúde e interesses político-administrativos de um Estado em construção, cuja diferença se agudiza por meio da consolidação de um discurso político,

no último caso, materializado sobre uma política de matematização e controle de corpos a serviço de uma elite:

Observações

Das estatísticas, que me são mensalmente enviadas do Hospital de Marinha da Côte, e dos diversos Navios da Armada em viagem ou estacionados em diversas Divisões Navaes, e das quaes se colligio a presente estatistica, vê-se que de 4,784 doentes, 656 são de molestias syphiliticas, 879 de molestias pulmonares, degenerando em phthysicas, que destroem uma grande parte destes doentes; e 396 de affecções rheumaticas. A excepção destas ultimas molestias, a maior parte devida á estação invernosa do Rio da Prata, e da diarrhéa, que affectou um grande numero de marinheiros da Divisão estacionada em Montevidéo, nenhuma epidemia tem reinado á bordo dos navios de Guerra. Os casos, que se derão de febre amarella, não constituem uma epidemia: poucos forão os casos que terminarão pela morte; e se para o anno futuro a estação calmosa correr, como este anno, pode-se nutrir a bem-fundada esperanza, de que esta terrivel molestia cessará de apparecer, ou pelo menos não será tão mortifera quanto tem sido.

O grande numero de phthysicas que ceifa a nossa marinhagem, é devido em grande parte ás molestias venereas, de que são accometidos os marinheiros, quando desembarcão em qualquer Porto, e das quaes, ou não se curão em tempo, por não haver Cirurgiões a bordo de seus Navios, como succede em todos, cuja lotação não dá esta; ou par- [sic.] evitar de se recolherem ao Hospital, quando aqui chegam, occultão essas molestias, em quanto podem soffrer, até que a final vão para o Hospital, quando não podem mais supporta-las. A maior parte dos phthysicos da Armada soffrêrão primeiro repetidas e duradouras blenorrhagias ou blenorrhéas, e bubões. Tambem as repetidas constipações, a que inevitavelmente são sujeitos, principalmente os da Estação do Rio da Prata, concorrem poderosamente para occasionar este genero de molestia. As outras molestias que se tratarão, seja de Hospitaes, seja nos Navios, nada offerecem de importante (Relatório do Ministério da Marinha de 1853, p. 7).

Embora não completamente superada e com números ainda expressivos, a febre amarela estava não obstante desfeita de seu caráter epidêmico, e segue-se atribuindo às condições ambientais o motivo da melhoria no quadro geral da doença. Duas outras classes de patologia – as tísicas e as doenças venéreas – recebem especial atenção, o que ocorre por incapacitarem os enfermos para o trabalho. Especialmente interessante é a atenção dispensada a essas moléstias que hoje se denominariam IST, visto que há um tom moralizante e condenatório tanto da maneira como as adquirem os marinheiros (“quando desembarcão em qualquer Porto”), quanto da forma pela qual ficam incapacitados (“occultão essas molestias, em quanto podem soffrer, até que a final vão para o Hospital, quando não podem mais supporta-las”).

Tendo em mente o paralelo com a epidemia de cólera que grassou a Europa na década de 1830, trata-se de entender que a existência de uma tal doença no Brasil, como a febre amarela, fomenta um ímpeto de aprofundar-se o projeto de civilização. Isso porque a epidemia era entendida como decorrência do estado moralmente corrupto das classes mais desfavorecidas, cabendo ao Estado civilizá-las. Como afirmou François Delaporte,

No modo de análise baseado em condições de vida, a alta taxa de mortalidade em meio à classe trabalhadora era vinculada à maneira como aquela classe vivia. Mas neste novo modo de análise, a mesma alta taxa de mortalidade era

associada aos traços ditos característicos de um grupo considerado inferior em sua própria natureza. Movemo-nos de um plano de análise física e histórica para o reino do espírito, e o que vemos já não é consequência da evolução histórica, mas a manifestação de essência moral imutável. (DELAPORTE, 1986, p. 106)⁶

Uma terceira classe de moléstias, contudo, não figura como uma das mais relevantes: entre 6 “colites” e 11 “dartros”, conforme a fac-símile abaixo, figuram inadvertidamente nada menos que 117 “contusões por castigo”. Exclusivas das estatísticas dos navios, não constando nas dos hospitais, essas contusões rivalizam somente com o número de “bronchites” (199), ganhando ainda do terceiro colocado em incidência, o “Rheumatismo articular” (105). Embora sua causa seja distinta daquela das demais patologias, por serem decorrentes da prática das chibatadas incorridas pelos tribunais de convés (NASCIMENTO, 2001), seu efeito incapacitante é tão relevante quanto o das demais enfermidades. Isso significa que o Estado, no seu braço naval, estava disposto a invalidar momentaneamente certo número nada desprezível de marinheiros e que racionalizava essa violência pelo interior de formas mais amplas de controle da utilidade da força de trabalho embarcada. Nesse caso, se o recrutamento forçado já constituía um imposto de sangue, as “contusões por castigo” instituem uma tributação em cascata que incide sobre o que se considera, pela ótica da administração, o capital humano tributável, revertendo receitas não para o campo material, mas para o campo simbólico e para a economia moral de um projeto civilizacional, cujo tesouro se aumenta pela coleta de um “imposto disciplinar”⁷. Se o imposto era devido e esperado, justificava-se a asserção do ministro de que “As outras molestias que se tratarão, seja de Hospitales, seja nos Navios, nada offerecem de importante” (Relatório do Ministro da Marinha do Ano de 1853, p. 7).

6 Tradução do autor. No original: *In the mode of analysis based on living conditions, the high mortality rate among the working class was linked to the way in which that class lived. But in this new mode of analysis the same high mortality rate was associated with traits said to be characteristic of a group deemed inferior by its very nature. We have moved from the plane of physical and historical analysis to the realm of the spirit, and what we see is no longer the consequence of historical evolution but the manifestation of immutable moral essence.*

7 Proponho aqui a cunhagem desse termo/ferramenta/“outil” para descrever a realidade articulada pelos relatórios dos Ministros da Marinha no sentido de uma “ficção de método” (JABLONKA, 2016, p. 210.) capaz de descrever a realidade de que trato.

Figura 1: Continuação da “Estatística dos doentes tratados (...)”

— 6 —

Transporte.	17
Do Bexigas	19
» Blenorragias	42
» Bronchites	199
» Bronco-pneumonia	6
» Bubões syphiliticos	16
» Cancros	45
» Colicas	21
» Colites	6
» Contusões por castigo.	117
» Dartros	11
» Diarrhéa	93
» Dysenteria	3
» Emphysema	5
» Endo-Cardite	3
» Erysipela	29
» Febres benignas	48
» » intermittentes	17
» Feridas combustas	12
» » contusas	47
» » incisas	39
» » por arma de fogo	1
» Fractura do braço.	12
» » » fémur	1
» » » tibia	8
» » » craneo com commoção.	1
» Frunculos	11
» Gastrite	24
» Gastro-enterite	7
» » hepatite	12
» Hemoptisis	6
» Hepatites.	3
» Ophthalmia	11
» Orchites	14
» Olites.	12
» Otorrhéa	2
» Panaricio.	9
» Pericardites	2
» Peritonites	1
» Phlegmões	12
» Phymoses	2
	234

Fonte: Relatório do Ministro da Marinha do Ano de 1853, p. 1. Brazilian Government Documents.
Disponível em: <<https://www.crl.edu/brazilian-government-documents>>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Aqui importa indicar que esses relatórios não se limitam à temática da saúde, mas abrangem diversos outros temas e são extensivos a todos os ministérios do Império. Se comparados ao primeiro corpus documental – os relatórios apresentados na esfera provincial –, é possível afirmar que a diferença estabelecida entre ambas as séries é marcante justamente pelo caráter de gênero epistêmico que somente os relatórios ministeriais assumiram, o que se comprovou para o caso específico da marinha, e se replica em todos os demais ministérios.

Conclusão

Duas conclusões decorrem dessa análise que propus anteriormente, e vão ao encontro de se comprovarem as hipóteses propostas na introdução:

A primeira consiste em considerar o segundo corpus documental – aquele dos relatórios dos ministros – como um gênero epistêmico autônomo. Isso ficou especialmente claro no contraste realizado com o primeiro conjunto de documentos – aquele oriundo do APEP. Neste último, características de conservação e disponibilidade das fontes, bem como o próprio conteúdo do texto permitem perceber que se trata de comunicação administrativa entre dois representantes do poder central no âmbito provincial (o presidente da província e o inspetor do arsenal de marinha), que ocorre de maneira corriqueira. Ao revés, no caso dos relatórios dos ministros, existe uma gramática clara de veiculação de uma ação política por meio da organização compulsiva de dados sobre o patrimônio material dos ministérios e seus empregados, a serviço de um projeto gestado por uma elite escravocrata, para cuja gestão do aparato do Estado – no sentido de concretização de seu projeto – as informações sistematizadas eram imprescindíveis.

A segunda conclusão consiste em pensar que o que está em jogo na relação entre a política/administração e a saúde, seja como elemento corriqueiro da documentação administrativa, seja como elemento introjetado em um projeto político plasmado em um gênero epistêmico, é uma visão externa ao campo médico do século XIX. Isto é, no âmbito de uma elite que preenche postos nos três poderes responsabilizáveis do Império (o Moderador sendo constitucionalmente irresponsável), não há, nesse momento, uma difusão das teorias de doença enquanto variação quantitativa (CANGUILHEM, 2022, p. 9-69) de um estado normal ideal nessa elite, salvo em casos minoritários de formação médica. Ao revés, trata-se de um olhar externo à ciência médica, que a instrumentaliza na medida em que nela identifica a possibilidade técnica de manutenção da força produtiva – nesse caso, militares, seja na consolidação do Estado Imperial, caso do Pará em 1839; seja na propositura da política externa desse Império, no caso do relatório de 1853. E, em ambos os casos, aplica-se o “imposto disciplinar” sobre o capital humano já sanguineamente tributado.

Assim, buscando alcançar os objetivos principais e testando as hipóteses acima propostas, a síntese a que se chega é de que, nas décadas de 1840 e 1850, no Brasil, prepondera uma biopolítica (FOUCAULT, 2010) orientada para a viabilização do projeto de poder de uma elite, biopolítica essa que não necessariamente está informada das últimas tendências da medicina, como as influências positivistas que culminam na concepção de doença enquanto variação quantitativa do estado normal, sendo em realidade alheia a essa ideia, nesse momento, em favor de uma visão política assentada numa concepção de diferença qualitativa entre corpos, ou seja, entre coisas (escravizados) e pessoas de boa e má sociedade (MATOS, 2017, p. 129). Esses diferentes merecem receber graus distintos da administração endógena do conhecimento médico conforme seu valor social atribuído pelo grupo politicamente dominante. Trata-se, portanto, da apreensão sistemática de dados médicos que autoriza o exercício de um controle disciplinar e de viés civilizatório por parte de uma parcela social restrita, sendo ineficaz para a manutenção da saúde dessa mesma

parcela, dada a limitação da própria técnica terapêutica no século XIX. Afinal, conforme argumentou Costa (1983, p. 32), “O que importa é notar que a própria eficiência científica da higiene funcionou como auxiliar na política de transformação dos indivíduos em função das razões de Estado.”

Referências

- ALMEIDA, Tiago. “Gênero epistêmico”, de Gianna Pomata: o que é e como usar, com um estudo de caso sobre os manifestos teóricos de historiadores. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, v. 16, n. 41, p. 1-29, 2023.
- Arquivo Público do Estado do Pará, Seção Governo, Área Guerra, Fundo Arsenal de Marinha, Ofícios do presidente da província ao inspetor do arsenal, 1839, volume 4.
- BARROS, José D'Assunção. *A fonte histórica e seu lugar de produção*. Petrópolis: Editora Vozes, 2020.
- BEATTIE, Peter M. *Tributo de sangue: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- BECHARA, Evanildo. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL. *Annaes do Parlamento Brasileiro*, 1836, t. 1. Rio de Janeiro: Typographia de Viuva Pinto & Filho, 1887.
- BRASIL. Lei de 15 de dezembro de 1830. Orça a receita e fixa a despesa para o anno financeiro de 1831-1832. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38056-15-dezembro-1830-565833-publicacaooriginal-89571-pl.html>. Acesso em: 05 dez. 2023.
- CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. São Paulo: Todavia, 2019.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2022.
- CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (orgs.). Nova história militar brasileira. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- COLE, Laurence; HÄMMERLE, Christina; SCHEUTZ, Martin. Glanz – Gewalt – Gehorsam (orgs.). *Militär und Gesellschaft in der Habsburgermonarchie (1800-1914)*. Essen: Klartext, 2010.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DELAPORTE, François. *Disease and Civilization: The Cholera in Paris, 1832*. Cambridge: Massachusetts Institute of Technology Press, 1986.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. Lisboa: Edições 70, 2010.

HOCHEDLINGER, Michael. Kleine Quellenkunde zur Österreichischen Militärgeschichte 1800–1914. In: COLE, Laurence; HÄMMERLE, Christina; SCHEUTZ, Martin. Glanz – Gewalt – Gehorsam (orgs.). *Militär und Gesellschaft in der Habsburgermonarchie (1800-1914)*. Essen: Klartext, 2010, pp. 387-410.

JABLONKA, Ivan. *La Historia es una literatura contemporánea: manifiesto por las ciencias sociales*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2016.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LACAN, Jacques. *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1953-1954*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

LANGLEY, Harold. D. *A History of Medicine in the Early U.S. Navy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2000.

LÉONARD, Jacques. Les Officiers de santé de la Marine Française de 1814 à 1835. In: *Annales de Bretagne*, Tomo 76, 2-3, 1969, p. 610-617.

LOUVIER, Patrick. Les maladies et les accidents dans la marine de guerre française en méditerranée au xix e siècle (1815-1914). *Corps*, n. 1, p. 305-314, 2017.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Angela; LUZ, Rogerio; MURICY, Katia. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack braziliense, n. 1, p. 8-26, 2005.

_____. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2017.

MEDEIROS, Claudio. *História das epidemias no Brasil*. São Paulo: GLAC Edições, 2021.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

NOWOSADTKO, Jutta; PRANGHOFER, Sebastian (orgs.). Conferência: *Der militärisch-medizinische Komplex in der Frühen Neuzeit: Zum Verhältnis von Militär, Medizin, Gesellschaft und Staat*. Hamburgo: Helmut-Schmidt-Universität –

Universität der Bundeswehr, 2014.

PARÁ. *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 4, t. 1. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2001.

PARÁ. *Anais do Arquivo Público do Pará*, v. 4, t. 2. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2004.

REDONDO, Francisco Javier. *La ciencia médica en la Armada española del siglo XIX: análisis de las memorias clínicas que cambiaron el rumbo de la cirugía: anestesia, antisepsia y transfusión*. Toledo: Aula Médica, 2010.

Relatórios do Ministério da Marinha. Brazilian Government Documents. Disponível em: <<https://www.crl.edu/brazilian-government-documents>>. Acesso em: 14 dez. 2023 (Figura 2).

ROCHA, Ilana Pelicari. *Escravos da Nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar Do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Adriana Barreto de. *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

TORII, Leonardo da Silva; VERA CRUZ, Roseane Pantoja da (orgs.). *Catálogo de Documentos Manuscritos: Período Colonial (1649-1823)*. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2012.

TORII, Leonardo; CAVALCANTI, Maria de Nazaré Ricardo (orgs.). *Textos e fontes do Arquivo Público do Pará*, vol. 2. Belém: Secretaria de Estado de Cultura/Arquivo Público do Estado do Pará, 2013.